REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

O CONSERVADORISMO DA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA COMO OBSTÁCULO AO DESENVOLVIMENTO NACIONAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS CONTRADIÇÕES ESTRUTURAIS

THE CONSERVATISM OF THE BRAZILIAN MIDDLE CLASS AS AN OBSTACLE TO NATIONAL DEVELOPMENT: A CRITICAL ANALYSIS OF STRUCTURAL CONTRADICTIONS

EL CONSERVADURISMO DE LA CLASE MEDIA BRASILEÑA COMO OBSTÁCULO AL DESARROLLO NACIONAL: UN ANÁLISIS CRÍTICO DE LAS CONTRADICCIONES ESTRUCTURALES

José Batista de Andrade[1]

e737341
https://doi.org/10.47820/recima21.v7i3.7341

PUBLICADO: 03/2026

RESUMO

A classe média brasileira, historicamente posicionada como mediadora entre as elites e as classes populares, transformou-se progressivamente em um obstáculo significativo à viabilização de projetos autênticos de desenvolvimento nacional. Este artigo examina as raízes históricas, as estruturas ideológicas e as manifestações contemporâneas do conservadorismo das camadas médias, demonstrando como sua adesão à meritocracia, ao neoliberalismo e às barreiras simbólicas de distinção social impedem a construção de uma agenda transformadora capaz de enfrentar a desigualdade estrutural brasileira. Através de análise crítica do pensamento de Jessé Souza, Marilena Chauí e outros intelectuais engajados, o trabalho revela que o conservadorismo da classe média não constitui mero desvio ideológico, mas expressa sua posição contraditória na estrutura de classes, revelando a impossibilidade de aliança progressista duradoura com esse segmento sem transformações mais profundas nas bases materiais e simbólicas de sua reprodução social.

PALAVRAS-CHAVE: Classe média brasileira. Conservadorismo. Desenvolvimento nacional. Neoliberalismo. Estrutura de classes.

ABSTRACT

The Brazilian middle class, historically positioned as a mediator between elites and popular classes, has progressively become a significant obstacle to the viability of genuine projects of national development. This article examines the historical roots, ideological structures, and contemporary manifestations of middle-class conservatism, demonstrating how its adherence to meritocracy, neoliberalism, and symbolic barriers of social distinction hinders the construction of a transformative agenda capable of confronting Brazil's structural inequality. Through a critical analysis of the thought of Jessé Souza, Marilena Chauí, and other engaged intellectuals, the study reveals that middle-class conservatism does not constitute a mere ideological deviation, but rather expresses this group's contradictory position within the class structure, highlighting the impossibility of a lasting progressive alliance with this segment without deeper transformations in the material and symbolic foundations of its social reproduction.

KEYWORDS: *Brazilian middle class. Conservatism. National Development. Neoliberalism. Class structure.*

[1] Juiz de Direito. Graduado em Direito pela URCA, Crato, Ceará, Brasil, e Mestre em Direito pela UNISC, Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

RESUMEN
La clase media brasileña, históricamente situada como mediadora entre las élites y las clases populares, se ha convertido progresivamente en un obstáculo significativo para la viabilidad de proyectos auténticos de desarrollo nacional. Este artículo examina las raíces históricas, las estructuras ideológicas y las manifestaciones contemporáneas del conservadurismo de los sectores medios, demostrando cómo su adhesión a la meritocracia, al neoliberalismo y a las barreras simbólicas de distinción social impide la construcción de una agenda transformadora capaz de enfrentar la desigualdad estructural brasileña. A través de un análisis crítico del pensamiento de Jessé Souza, Marilena Chauí y otros intelectuales comprometidos, el trabajo revela que el conservadurismo de la clase media no constituye una mera desviación ideológica, sino que expresa su posición contradictoria en la estructura de clases, poniendo de relieve la imposibilidad de una alianza progresista duradera con este segmento sin transformaciones más profundas en las bases materiales y simbólicas de su reproducción social.

PALABRAS CLAVE: *Clase media brasileña. Conservadurismo. Desarrollo nacional. Neoliberalismo. Estructura de clases*

INTRODUÇÃO

Quando milhões de brasileiros das camadas populares conquistaram acesso ao consumo de massa, à educação superior e à formalização do trabalho entre 2002 e 2013, esperava-se que a expansão das oportunidades materiais geraria, como consequência natural, uma ampliação dos horizontes políticos e uma maior abertura democrática. Paradoxalmente, foi precisamente neste momento de redução da pobreza extrema e ascensão de novos estratos que emergiram, com vigor sem precedentes, forças políticas conservadoras, autoritárias e radicalmente antidemocráticas. Este fenômeno desconcertante aponta para uma verdade incômoda que a sociologia brasileira contemporânea tem se esforçado em desvendar: as classes médias brasileiras, longe de constituírem uma força modernizadora e progressista, converteram-se no motor político do conservadorismo reacionário que caracteriza o presente momento, tendo contribuído sobremaneira para a ascensão da extrema direita ao poder central com a vitória de Bolsonaro na eleição presidencial de 2018.

Para Jessé Souza (2018), além da renda, a classe média se distingue das classes populares pela titularidade do capital cultural, constituído, principalmente, pela formação em cursos superiores e fluência em línguas estrangeiras de seus membros, o qual, em tese, assegura os melhores empregos e cargos públicos aos seus integrantes. Acontece que as políticas públicas de inclusão social implementadas pelos governos petistas, como o programa Bolsa Família e as cotas raciais, fizeram com que muitas pessoas daquelas classes sociais passassem a ter também acesso a esse capital cultural. Daí, vendo isso como uma concorrência e tendo em vista as crises que levaram ao esgotamento do neodesenvolvimento implementado pelos citados governos (Arcary, 2024), a classe média passou a ter medo real de empobrecimento, da proletarização. Uma forma de reagir a essa situação foi a radicalização à direita, a mesma historicamente

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

adotada pelos setores médios brasileiros toda vida que se sentem pressionados economicamente (Alves, 2007). A outra tem sido a construção da imagem de um “Estado corrupto” e a criminalização da política - fomentada pela atuação da mídia tradicional, através de ampla exposição midiática dos chamados escândalos de corrupção dos governos petistas – que conduziram a insatisfação da classe média para uma solução de ruptura institucional (Chomsky, 2018),

Este artigo propõe-se a demonstrar que o conservadorismo da classe média brasileira não representa um fenômeno acidental ou conjuntural, mas constitui uma manifestação necessária de sua posição estrutural na sociedade, enraizada nas heranças coloniais, nas instituições de reprodução social desigual e na ideologia meritocrática que justifica moralmente a perpetuação das hierarquias. Mais que isso, o trabalho argumenta que este conservadorismo de classe se apresenta como obstáculo decisivo à viabilização de qualquer projeto autêntico de desenvolvimento nacional que se proponha enfrentar as desigualdades radicais que caracterizam a formação social brasileira. Ao final desta reflexão, restarão demonstradas não apenas as raízes do conservadorismo das camadas médias. Também ficará evidenciado como esse conservadorismo opera de forma sistemática para bloquear as transformações institucionais, tributárias e produtivas necessárias a um desenvolvimento interno que beneficie a maioria da população.

O objetivo geral deste artigo é analisar criticamente o conservadorismo de classe da burguesia média brasileira como força estrutural que obstaculiza a construção de um projeto nacional de desenvolvimento capaz de enfrentar a desigualdade social e econômica. Os objetivos específicos incluem: (1) examinar as raízes históricas do conservadorismo das camadas médias, situando-as no contexto da herança colonial, da escravidão prolongada e da formação particular da modernidade periférica brasileira; (2) desvendar os mecanismos ideológicos através dos quais a classe média legitima sua posição privilegiada, em particular a ideologia meritocrática e sua rejeição às políticas redistributivas; (3) demonstrar como o conservadorismo das camadas médias se manifesta politicamente na rejeição a projetos reformistas e na adesão a agendas neoliberais que aprofundam as desigualdades; (4) examinar as contradições internas da classe média e suas distinções internas entre "alta classe média" e "massa da classe média"; (5) apontar os limites políticos de qualquer projeto de desenvolvimento que conte com a adesão orgânica das camadas médias conservadoras.

O artigo está organizado em duas seções temáticas. A primeira seção, intitulado "Raízes Históricas e Estruturais do Conservadorismo da Classe Média Brasileira", examina a formação particular da classe média no Brasil em diálogo com a herança colonial e a modernidade periférica, analisando na primeira subseção a genealogia histórica das camadas médias e sua posição na reprodução das desigualdades; e na segunda seção, os mecanismos ideológicos

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

através dos quais o conservadorismo é perpetuado, em particular a ideologia meritocrática e o desprezo pelo trabalho manual. Esta, intitulada "Manifestações Políticas e Bloqueios ao Desenvolvimento Nacional", dedica-se a examinar, na primeira subseção, como o conservadorismo das camadas médias se expressa politicamente na rejeição a políticas sociais, na defesa do programa neoliberal e na adesão ao antipetismo; e na segunda subseção, analisa especificamente como este conservadorismo constitui obstáculo estrutural à viabilização de projetos de desenvolvimento nacional e democratização econômica. As considerações finais sintetizam os argumentos, apontando para os limites de estratégias que apostem na inclusão das camadas médias em frentes progressistas sem transformações mais profundas nas bases materiais e simbólicas de sua reprodução social.

1. MÉTODOS

O presente artigo adota o método dialético-crítico, compreendendo o conservadorismo da classe média brasileira não como categoria isolada ou fenômeno conjuntural, mas como expressão contraditória de sua posição estrutural nas relações de classe e nas estruturas de poder que conformam a sociedade brasileira.

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter descritivo e crítico, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental. O estudo baseia-se na análise sistemática de obras clássicas e contemporâneas da sociologia, da economia política e do pensamento social brasileiro, com destaque para autores como Jessé Souza, Marilena Chauí, Florestan Fernandes e outros intérpretes críticos da formação social brasileira.

A metodologia empregada combina a análise teórica de categorias centrais — como classe social, capital cultural, meritocracia e subcidadania — com a interpretação crítica de dados secundários, documentos públicos, textos institucionais e estudos empíricos já consolidados sobre comportamento político, distribuição de renda e políticas públicas no Brasil.

Nesse sentido, o artigo configura-se como uma análise descritiva e crítica, pois descreve de forma sistemática as determinações históricas, sociais e ideológicas que estruturam o conservadorismo da classe média brasileira, submetendo-as simultaneamente a exame teórico rigoroso. A descrição dos fenômenos não se limita à exposição empírica, mas é orientada pela crítica das relações de classe e das formas de dominação que sustentam a desigualdade social. Paralelamente, o trabalho caracteriza-se como pesquisa bibliográfica e documental, fundamentada na análise de obras acadêmicas, ensaios teóricos, textos históricos e documentos públicos relativos à formação social brasileira. A articulação entre descrição analítica e crítica estrutural possibilita compreender o objeto em sua totalidade histórica, assegurando coerência entre método, objeto e objetivos da investigação.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

2. RAÍZES HISTÓRICAS E ESTRUTURAIS DO CONSERVADORISMO DA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA

2.1. A genealogia histórica: modernidade periférica, herança colonial e a formação da subcidadania

A compreensão do conservadorismo contemporâneo das camadas médias brasileiras exige o retorno às origens históricas da formação da classe média no Brasil. Tal abordagem demanda a superação das interpretações economicistas que reduzem a noção de classe à simples aferição de renda, uma vez que essa perspectiva é incapaz de apreender os mecanismos simbólicos, culturais e morais que estruturam a hierarquia social brasileira (Moreira, 2020; Souza, 2023). Assim, ao privilegiar apenas indicadores econômicos, essas leituras ocultam os processos de reconhecimento social e de distinção que sustentam a reprodução das desigualdades e moldam o comportamento político e ideológico das camadas médias.

Nesse sentido, Jessé Souza (2018) sustenta que a classe média brasileira não se constitui primordialmente como resultado direto da acumulação econômica. Sua formação está profundamente vinculada ao acesso desigual ao capital cultural e simbólico, transmitido de forma intergeracional por meio das estruturas familiares. Esses capitais operam como critérios centrais de reconhecimento social, definindo posições, expectativas e formas de distinção.

A especificidade desse processo torna-se mais evidente quando se observa o modo pelo qual a modernidade se estruturou no Brasil. Diferentemente dos países do capitalismo central europeu e norte-americano, onde a modernidade esteve associada, ainda que de forma desigual, à ampliação progressiva de direitos e à construção de cidadãos formalmente iguais, o caso brasileiro seguiu uma trajetória distinta.

Nas sociedades centrais, a consolidação da modernidade implicou a formação de pactos sociais relativamente inclusivos, capazes de sustentar redes de proteção e institucionalizar direitos. No Brasil, por sua vez, a modernidade periférica produziu uma organização social rigidamente hierarquizada, na qual se distinguem cidadãos plenamente reconhecidos e grupos cuja humanidade é sistematicamente questionada (Souza, 2018; Politize!, 2023).

Essa clivagem estrutural impede a constituição de uma cidadania substantiva. A classe média brasileira, nesse contexto, não se consolidou por meio de um pacto de produtividade e bem-estar social, mas dentro de um arranjo dependente, frágil e excludente. Tal condição explica sua elevada vulnerabilidade às crises econômicas, uma vez que não dispõe nem das garantias sociais do modelo europeu, nem do dinamismo produtivo característico do modelo norte-americano.

Tal hierarquização social não é contingente, mas estruturalmente enraizada na herança colonial portuguesa.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

O Brasil permaneceu por mais de três séculos como colônia de exploração, sustentada pelo trabalho escravo, pela monocultura de exportação e pela concentração fundiária. Esse modelo contrasta com as colônias de povoamento da América do Norte e com experiências colonizatórias como as do Canadá, Austrália e Nova Zelândia, onde se implantaram instituições voltadas ao desenvolvimento (Bresser-Pereira, 2016).

Mesmo após a abolição formal da escravidão, em 1888, essa lógica excludente não foi superada. Conforme demonstra Jessé Souza (2018), estabeleceu-se um “acordo de classes” tácito que manteve o reconhecimento pleno de humanidade e dignidade restrito aos grupos que nunca haviam sido escravizados (Souza, 2018; Politize!, 2023). A exclusão social, portanto, não desaparece, mas se reorganiza sob novas formas históricas.

Esse processo é fundamental para compreender a posição ocupada pela classe média brasileira. Ela não emerge como classe mediadora universal, mas como um estrato social que constrói sua dignidade a partir da distância simbólica que estabelece em relação às classes populares, historicamente associadas à condição de subcidadania (Souza, 2018; Politize, 2023).

A formação da classe média ocorre paralelamente aos processos de urbanização, industrialização e ao surgimento de novas ocupações — como alfaiates, modistas, comerciantes, médicos e professores. No entanto, esse movimento não a converte em força progressista. Ao contrário, ela se constitui simultaneamente como participante da exploração econômica das classes baixas e da humilhação simbólica e moral dos grupos excluídos (Moreira, 2020; Politize, 2023).

Como demonstra Fábio Comparato (2018), as estruturas de poder consolidadas durante o período colonial permanecem ativas nas instituições contemporâneas brasileiras. Não se trata de resíduos históricos, mas de mecanismos vivos de reprodução do poder oligárquico (Silva, 2021; Souza, 2018). As transformações políticas nacionais, nesse sentido, assumiram predominantemente a forma de “revoluções pelo alto”.

Nessas revoluções, as elites reorganizam alianças e discursos sem alterar a estrutura fundamental da dominação (Silva, 2021). Nesse cenário, a classe média não atua como antagonista da oligarquia, mas como sua aliada estrutural e reprodutora ideológica. Ela opera como “correia de transmissão” dos interesses das elites, aceitando um pacto de subordinação em troca de privilégios relativos e da preservação de uma distância social em relação às classes populares (Souza, 2017; Souza, 2018; Fernandes, 2020).

A herança colonial manifesta-se, assim, não apenas nas estruturas econômicas, mas também nos *habitus* de classe e nas disposições mentais. Isso explica por que a classe média brasileira, diferentemente de segmentos equivalentes em sociedades desenvolvidas, tende a rejeitar políticas públicas de caráter redistributivo, temendo uma equiparação social com os grupos historicamente estigmatizados (Cavalcante, 2020; Souza, 2023).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Embora não componha a elite econômica propriamente dita, a classe média desempenha papel central na manutenção da ordem social. Jessé Souza a caracteriza como o "capitão do mato" da elite contemporânea, responsável pela vigilância e repressão simbólica em defesa da propriedade e dos valores oligárquicos (Entre Vista…, 2018).

Assim como, no regime escravocrata, o capitão do mato era encarregado de capturar escravizados fugitivos e devolvê-los aos senhores, a classe média contemporânea reproduz e difunde a moralidade da elite. Ela ocupa a linha de frente do policiamento ideológico, sancionando simbólica e politicamente qualquer tentativa de ascensão das camadas inferiores que ameace seus próprios signos de distinção.

Essa dinâmica revela o caráter paradoxal da classe média brasileira. Ao internalizar e disseminar valores excludentes, ela se torna cúmplice da elite, desviando o foco das causas estruturais da desigualdade para narrativas morais que culpabilizam indivíduos e naturalizam a pobreza. Esse deslocamento do debate público para critérios morais e individualizantes impede a construção de diagnósticos estruturais e bloqueia a formação de solidariedades sociais amplas. Desse modo, assegura-se a reprodução da ordem social sem que a elite precise se expor diretamente no conflito ideológico, mantendo-se intactos os fundamentos históricos da dominação (Souza, 2018).

2.2. A ideologia meritocrática como fundamento do conservadorismo

Se as raízes históricas do conservadorismo de classe remontam às estruturas coloniais de exploração e à hierarquização desigual de direitos, a ideologia que, no presente, oferece sua principal legitimação é a meritocracia (Souza, 2018; Muniz, 2022). Tal ideologia não deve ser compreendida como mera valorização do trabalho e do esforço individual — categorias frequentemente mobilizadas de forma moralizante —, mas como um princípio de organização social baseado na crença de que as posições na estrutura social devem ser distribuídas segundo o mérito individual, entendido como inteligência, habilidade e esforço pessoal (Souza, 2018; Muniz, 2022).

Para a classe média brasileira, historicamente formada por meio do acesso diferenciado à educação e às profissões liberais que exigem qualificação formal, a meritocracia oferece uma justificativa moral poderosa para sua posição privilegiada. Segundo essa narrativa, a ascensão social decorre exclusivamente do mérito próprio, do estudo e da dedicação individual, razão pela qual o sucesso alcançado seria legítimo e incontestável (Muniz, 2022).

Contudo, essa crença mascara uma realidade social muito mais complexa, que pode ser desvelada, por exemplo, à luz da teoria do capital cultural de Pierre Bourdieu (Lopes, 2014; Almeida, 2023). As crianças oriundas das classes médias não ascendem socialmente por mérito isolado, mas recebem desde o nascimento um conjunto de recursos culturais, disposições

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

cognitivas, familiaridade com a linguagem e com as práticas escolares, além de capital social que as conecta a redes profissionais privilegiadas (Lopes, 2014; Almeida, 2023). Tais vantagens não constituem mérito individual, mas herança social transmitida intergeracionalmente por meio das famílias.

Michael Sandel (2021, p. 89), em *A tirania do mérito*, observa que o sucesso pessoal passou a ser compreendido como o núcleo da ética meritocrática. Nessa lógica, o acúmulo de bens mundanos — "renda, riqueza, poder e prestígio" — é interpretado como expressão direta de virtude moral, sendo o êxito individual tomado como evidência de mérito intrínseco.

O autor acrescenta que esse modo de pensar "gera poder", pois induz os indivíduos a concentrarem-se exclusivamente em si mesmos, ignorando a existência de forças estruturais que escapam ao controle individual. Forma-se, assim, uma armadilha perversa: os "vencedores" passam a acreditar que seu triunfo decorre unicamente de mérito próprio, desconsiderando o papel da sorte e das condições iniciais, enquanto os "perdedores" são levados a interpretar seu fracasso como falha moral pessoal. Dessa forma, a meritocracia converte-se em instrumento de divisão social e de legitimação da arrogância das elites.

A principal consequência política da adesão da classe média à ideologia meritocrática é a rejeição sistemática a qualquer política pública que reconheça a existência de desigualdades estruturais. As políticas de cotas nas universidades, por exemplo, são combatidas como "injustas" por supostamente violarem a "neutralidade" dos processos seletivos, ignorando-se que tais processos jamais foram neutros, pois favorecem sistematicamente aqueles que herdam capital cultural (Muniz, 2022).

Do mesmo modo, programas como o Bolsa Família são rejeitados como "assistencialismo" que desestimularia o trabalho, quando, na realidade, constituem uma das poucas políticas capazes de reconhecer que a pobreza não é resultado de falhas individuais, mas de estruturas persistentes de exclusão social (Cavalcante, 2020; Souza, 2023; Muniz, 2022). A valorização do salário-mínimo — que beneficia também aposentados e pensionistas — é frequentemente criticada como "inflacionária" ou "prejudicial à economia", apesar de ter sido o instrumento de política pública mais eficaz na redução da desigualdade entre 2003 e 2014 (Kerstenetzky, 2017).

A ideologia meritocrática permite, assim, que a classe média sustente uma postura que se imagina simultaneamente progressista e liberal, defendendo a "igualdade de oportunidades" em termos formais, enquanto rejeita qualquer medida que reconheça a desigualdade substantiva e que exija redistribuição material e simbólica (Souza, 2018; Muniz, 2022). É precisamente essa ambiguidade que torna a meritocracia tão perniciosa: ela fornece uma justificativa racional para o conservadorismo mais reacionário, permitindo que seus defensores se percebam como agentes

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

da justiça, quando, na prática, atuam na reprodução e legitimação das hierarquias sociais existentes.

3. MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS E BLOQUEIOS AO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

3.1. O conservadorismo político da classe média e a rejeição às políticas sociais

As manifestações políticas do conservadorismo das camadas médias tornaram-se particularmente visíveis durante os governos petistas (2003–2016) e se intensificaram após o golpe institucional de 2016 e a ascensão de Jair Bolsonaro ao topo do poder central (Souza, 2018; Cavalcante, 2020; Souza, 2023; Filgueiras, 2026). Esse conservadorismo não surgiu de forma espontânea, mas foi sendo gradualmente construído a partir de percepções de ameaça simbólica e econômica associadas à ampliação de direitos sociais e à maior visibilidade política das classes populares no espaço público. Trata-se, portanto, de um fenômeno estrutural, enraizado na posição intermediária que a classe média ocupa na hierarquia social brasileira.

Durante o primeiro governo Lula, embora o crescimento econômico e a redução da pobreza tenham sido objetivamente positivos para a população como um todo, a classe média experimentou uma redução relativa de sua participação na renda nacional (Souza, 2023; Filgueiras, 2026). Enquanto os setores mais pobres viram melhorar seu padrão de vida por meio de políticas de transferência de renda, valorização do salário-mínimo e expansão de direitos trabalhistas, as camadas médias, cuja renda estagnou ou cresceu em ritmo inferior, passaram a se perceber como relativamente desclassificadas (Chauí, 2013; Souza, 2023; Filgueiras, 2026).

Simultaneamente, políticas como as cotas étnico-raciais em universidades e concursos públicos, a ampliação da proteção ao trabalho doméstico — materializada na PEC das Domésticas de 2013 — e programas de assistência social como o Bolsa Família passaram a ser vivenciadas pela classe média não como instrumentos de justiça social, mas como afrontas a direitos que considerava exclusivos (Cavalcante, 2020; Souza, 2023).

A inflação de serviços, resultante do aumento da demanda por empregadas domésticas e cuidadores agora amparados por direitos trabalhistas, impactou diretamente os orçamentos das famílias de classe média, historicamente acostumadas à exploração de mão de obra barata e desprotegida (Chauí, 2013; Cavalcante, 2020). A ascensão material e simbólica das massas, decorrente dessas políticas, provocou uma reação intensa das camadas médias, não por uma perda real de renda, mas pelo abalo em sua distinção social e pela erosão de monopólios simbólicos, como a exclusividade de aeroportos e o acesso privilegiado à universidade pública.

Nesse contexto, emergiu o que diversos analistas denominaram “conservadorismo liberal”: uma postura que combina a defesa intransigente do programa neoliberal com a rejeição sistemática às políticas de redistribuição (Chauí, 2013; Colletti, 2015; Cavalcante, 2020; Souza, 2023).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

A classe média passou a propugnar pela redução do papel do Estado na economia, pela privatização de empresas públicas, pela flexibilização das relações de trabalho e pela supressão de direitos conquistados pelas classes populares, tudo em nome da suposta “eficiência técnica” e do combate à “corrupção” (Chauí; Cavalcante, 2020).

Particularmente relevante foi a apropriação do discurso anticorrupção como instrumento político direcionado contra o Partido dos Trabalhadores. Embora investigações como a Operação Lava Jato tivessem como objetivo declarado o combate a práticas ilícitas, a classe média aderiu entusiasticamente à narrativa de que os problemas estruturais do país seriam resolvidos com a remoção dos “corruptos” do poder, especialmente Lula e o PT (Souza, 2018; Souza, 2024).

Ignorava-se deliberadamente que a corrupção não constituía monopólio petista, que ministros do governo, que sucederam Dilma Rousseff, acumulavam escândalos semelhantes e que o verdadeiro entrave ao desenvolvimento nacional residia nas estruturas históricas de exploração e desigualdade que beneficiam precisamente as elites econômicas e parcelas da própria classe média.

O golpe institucional de 2016, frequentemente apresentado como “*impeachment* constitucional”, foi reconhecido pelo jornalista e escritor Elio Gaspari (2016) como um golpe, na medida em que se realizou sem eleições diretas, por meio de “estratagemas” e “práticas ardilosas”. A classe média, especialmente sua fração mais escolarizada, constituiu a base social e o suporte ideológico indispensável para sua efetivação. Foi ela quem forneceu a aparência de legitimidade democrática e o necessário “clamor social” a um processo que, em essência, atendeu aos interesses de recomposição do poder da oligarquia financeira e do agronegócio, principais beneficiários do rearranjo político resultante.

A eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, revelou a profundidade do ressentimento social e do reacionarismo presentes em setores expressivos da classe média brasileira (Souza, 2024; Arcary, 2024; Filgueiras, 2026). Bolsonaro conseguiu canalizar o ódio de classe dessas camadas contra as classes populares, difundindo uma narrativa segundo a qual a pobreza não seria produto de estruturas de exploração, mas consequência da preguiça, da ausência de mérito e de uma suposta criminalidade inerente aos mais pobres (Souza, 2024; Arcary, 2024).

O racismo, frequentemente dissimulado sob discursos de “ordem” e “segurança”, revelou-se elemento central desse ressentimento conservador (Souza, 2024; Arcary, 2024). A classe média, historicamente beneficiária do trabalho explorado de escravizados e, posteriormente, de trabalhadores precarizados, passou a expressar indignação diante da possibilidade de que esses grupos alcançassem direitos e dignidade social equivalentes. Ao fazê-lo, apoiou um projeto político explicitamente racista, misógino e antipopular (Souza, 2024; Arcary, 2024).

Não se tratou, portanto, de um desvio ocasional da classe média, mas da revelação de um traço estrutural e recorrente de sua formação histórica. Trata-se de uma classe que constrói sua

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

autoestima, identidade social e senso de dignidade a partir da degradação simbólica e material daqueles que se encontram abaixo dela na hierarquia social. Quando essa hierarquia é ameaçada por políticas de inclusão, redistribuição ou reconhecimento, a reação conservadora emerge como mecanismo de defesa de privilégios e distinções, assumindo, em contextos de crise, formas abertamente autoritárias e excludentes.

3.2. O conservadorismo da classe média como obstáculo ao desenvolvimento nacional

Para compreender por que o conservadorismo das camadas médias constitui um obstáculo estrutural ao desenvolvimento nacional autêntico, é necessário, antes, delimitar com precisão o que se entende por desenvolvimento. Isso porque, em uma economia periférica como a brasileira, tal conceito não pode ser reduzido ao simples crescimento econômico ou à expansão de indicadores macroeconômicos, mas deve ser compreendido como um processo histórico de transformação das estruturas produtivas, sociais e institucionais. Assim, um projeto genuíno de desenvolvimento nacional exigiria, portanto, a superação de padrões históricos de dependência externa, concentração de renda e desigualdade social, articulando crescimento econômico com soberania, inclusão e democratização das oportunidades.

Entre essas transformações estariam uma reforma tributária progressiva, que deslocasse a carga fiscal do trabalho para a renda do capital; o fortalecimento do mercado interno por meio de políticas de distribuição de renda e ampliação da demanda agregada; a reindustrialização do país com base em cadeias produtivas integradas; e a redução das dependências tecnológicas e financeiras em relação ao imperialismo estadunidense, principalmente (Comparato, 2018; Filgueiras, 2025; Manso, 2025; Brasil, 2026). Todavia, tais medidas colidiriam frontalmente com os interesses imediatos e com o posicionamento ideológico predominante da classe média brasileira (Alves, 2013; Comparato, 2018; Filgueiras, 2026).

Uma reforma tributária que elevasse progressivamente a incidência sobre rendimentos mais altos e dividendos de capital atingiria diretamente a classe média profissional, pequenos empresários e rentistas que compõem esse estrato social (Brasil, 2025). Do mesmo modo, uma reforma previdenciária que estruturasse um sistema efetivamente redistributivo entraria em choque com as expectativas de aposentadorias privilegiadas da classe média estatal (Kerstenetzky, 2017).

Além disso, políticas voltadas ao fortalecimento do mercado interno, baseadas na elevação dos salários reais, demandariam contenção dos lucros do setor financeiro e do comércio, áreas nas quais a classe média aufere parcela significativa de sua renda (Filgueiras, 2025). Já iniciativas de democratização da propriedade, por meio de cooperativas, associações produtivas e formas de economia solidária, confrontariam diretamente a ideologia privatista e proprietária que estrutura a visão de mundo desse segmento social (Comparato, 2018; Siqueira e Silva, 2024).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

A incapacidade estrutural de qualquer governo que pretenda combater de forma substantiva a desigualdade social sem romper com o apoio da classe média manifesta-se de modo emblemático na trajetória dos governos petistas (Alves, 2013; Filgueiras, 2025). Embora esses governos tenham representado um avanço real em relação ao neoliberalismo ortodoxo da década de 1990, implementado durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995–2002), não lograram romper com o núcleo duro do programa econômico herdado da era neoliberal (Alves, 2013; Colletti, 2015; Filgueiras, 2025).

O chamado “neodesenvolvimentismo” petista permaneceu circunscrito aos limites do capitalismo dependente, buscando uma redistribuição moderada de renda sem alterar as estruturas profundas de dominação de classe (Alves, 2013; Filgueiras, 2025). A burguesia interna brasileira, beneficiária de subsídios e proteções estatais, aceitou esse modelo de “desenvolvimentismo fraco” durante o *boom* das *commodities*, quando o crescimento econômico permitia certa redistribuição sem comprometer os lucros das elites (Alves, 2013; Filgueiras, 2025).

Ainda assim, a classe média percebia-se ameaçada mesmo sob esse arranjo moderado, pois entendia que sua distinção social e seus monopólios simbólicos estavam em processo de erosão. A possibilidade de que filhos de operários ingressassem em universidades públicas, de que trabalhadoras domésticas adquirissem direitos trabalhistas e de que os pobres passassem a consumir em *shopping centers* ou viajar de avião era vivenciada, pela ideologia de classe média, como uma violação da “ordem natural” das coisas (Cavalcante, 2020; Muniz, 2022; Souza, 2023).

Não é coincidência, portanto, que a reação conservadora mais virulenta tenha emergido justamente no momento de implementação dessas políticas redistributivas (Souza, 2017; Sodré, 2018; Arcary, 2024). Tampouco é acidental que a erosão do modelo neodesenvolvimentista e o consequente rompimento democrático de 2016 tenham ocorrido por meio de um golpe amplamente apoiado pela classe média, que produziu o consenso de rua necessário para viabilizar o retorno pleno da agenda liberalizante.

Tal dinâmica evidencia que, no capitalismo periférico brasileiro, mesmo redistribuições moderadas tendem a desencadear reações autoritárias em setores que temem a perda de sua hegemonia simbólica (Souza, 2018; Souza, 2019). Após o golpe, instaurou-se uma agenda radicalmente neoliberal, materializada na reforma trabalhista que fragmentou a classe trabalhadora, na reforma da previdência que atacou direitos consolidados, nas privatizações de empresas estatais e nos cortes de investimentos públicos em saúde e educação (Alves, 2013; Colletti, 2015).

A classe média que apoiou o golpe sob o discurso do “combate à corrupção” descobriu-se, posteriormente, partícipe de um projeto que precarizou suas próprias condições de trabalho, especialmente entre os segmentos mais jovens e menos qualificados. Evidenciou-se, assim, que o projeto de poder das elites financeiras instrumentalizou o pânico moral da classe média como

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

meio para desmontar as bases de proteção social que sustentavam, inclusive, sua própria estabilidade (Souza, 2018; Souza, 2024).

Ainda assim, mesmo diante dessa experiência concreta de perda, setores expressivos da classe média mantêm sua adesão à agenda neoliberal e sua rejeição às políticas distributivas. Isso ocorre porque o núcleo do conservadorismo de classe não reside em um cálculo econômico racional, mas em um ressentimento moral diante da possibilidade de igualitarismo social (Souza, 2022; Souza, 2024; Arcary, 2024).

Ladislau Dowbor (2013), ao analisar a democracia econômica, demonstra que a concentração do poder econômico inviabiliza a realização de uma democracia substantiva. A classe média, contudo, em vez de reconhecer esse antagonismo fundamental entre democracia real e acumulação capitalista, prefere sustentar a ilusão da democracia formal enquanto defende as estruturas que a esvaziam.

Acontece que essa “ilusão democrática” opera como mecanismo de defesa psicológico e social, na medida em que essa classe acredita estar protegendo a “ordem” ao apoiar o teto de gastos, as privatizações e as políticas de austeridade. Não percebe, entretanto, que sustenta o próprio regime de acumulação que a fragiliza, sacrificando a essência da cidadania em nome da preservação de sua distinção social (Souza, 2019; Fernandes, 2020). Entretanto, tal sacrifício não impede que as elites continuem a tratá-la como instrumento de manobra política, servindo apenas para garantir a manutenção de um abismo simbólico que a separe das massas populares.

CONSIDERAÇÕES

A análise desenvolvida ao longo deste artigo conduz a uma conclusão incômoda, porém inevitável: o conservadorismo da classe média brasileira não constitui um fenômeno passageiro nem uma aberração restrita a um segmento específico, mas uma expressão necessária de sua posição nas relações de classe que estruturam a sociedade brasileira. Enraizado nas heranças coloniais de hierarquização social e perpetuado pela ideologia meritocrática, que naturaliza desigualdades ao atribuí-las a supostas diferenças de mérito individual, esse conservadorismo manifesta-se politicamente na rejeição sistemática a qualquer política que reconheça a desigualdade substantiva como problema estrutural.

Nessa perspectiva, o conservadorismo de classe da burguesia média representa um obstáculo estrutural à viabilização de um projeto autêntico de desenvolvimento nacional. As políticas redistributivas implementadas durante os governos petistas, ainda que limitadas em sua capacidade de transformação estrutural, foram suficientes para desencadear uma reação conservadora violenta precisamente porque atingiram os fundamentos da distinção social sobre os quais a classe média constrói sua autoestima e seu senso de dignidade. O golpe de 2016 e a posterior eleição de Jair Bolsonaro não devem ser compreendidos como fracassos das políticas

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

progressistas, mas como seus desdobramentos lógicos quando tais políticas ameaçam a posição relativa de segmentos dotados de poder político significativo e dispostos a impedir qualquer processo que os aproxime socialmente daqueles que historicamente subalternizaram.

Isso não significa que um desenvolvimento nacional autêntico seja impossível, tampouco que se deva abdicar da perspectiva de transformação social. Significa, contudo, reconhecer que qualquer projeto transformador comprometido com o enfrentamento substantivo da desigualdade e com a construção de um modelo de desenvolvimento interno não pode contar com a adesão orgânica das camadas médias conservadoras. A incorporação dessas camadas a frentes progressistas apenas enquanto seus interesses materiais e simbólicos não são ameaçados conduz, inevitavelmente, ao reformismo fraco e à incapacidade de transformação efetiva (Alves, 2013).

O horizonte que se apresenta, portanto, não é o da reconciliação ou da negociação permanente com o conservadorismo de classe, mas o da construção de frentes políticas baseadas na aliança entre trabalhadores, povos indígenas, pobres urbanos e rurais, setores progressistas da intelligentsia e movimentos sociais de libertação. À classe média conservadora cabe a responsabilidade histórica por suas próprias escolhas, não podendo estas determinar os limites do possível político. Isso implica reconhecer que transformações genuinamente redistributivas e igualitárias serão resistidas por esse segmento e, por essa razão, não podem depender de seu consentimento para serem implementadas.

A democracia econômica a que se refere Dowbor (2013), assim como a redução radical da desigualdade e a construção de um poder popular efetivo, exigem a superação do horizonte político estreito imposto pelo conservadorismo de classe. O desafio central que se coloca ao Brasil contemporâneo é saber se será capaz de constituir um sujeito político coletivo apto a impor transformações estruturais contra a resistência não apenas das oligarquias tradicionais e das corporações multinacionais, mas também da classe média que historicamente atuou como amortecedor entre elites e massas.

Como demonstra Jessé Souza, a subcidadania brasileira foi socialmente construída por meio da negação deliberada de humanidade e dignidade àqueles destinados à exploração (Fernandes, 2008; Souza, 2018). De modo análogo, a hierarquia que sustenta o conservadorismo da classe média também é produto de uma construção social, continuamente reproduzida por instituições como o sistema educacional, o mercado de trabalho e os meios de comunicação.

Essa hierarquia, contudo, pode ser desconstruída por meio de lutas coletivas que se recusem a reconhecê-la como legítima. Trata-se de uma tarefa histórica que não se realiza por meio do convencimento moral ou do apelo racional dirigido à classe média, mas pela constituição de poder político organizado, capaz de impor transformações que, ainda que resistidas, criem as condições materiais e simbólicas para uma emancipação genuína. Enquanto isso não ocorre, o

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

conservadorismo da classe média permanece como um dos principais entraves à construção de um projeto de desenvolvimento nacional orientado pelos interesses da maioria da população brasileira.

Cumpre reconhecer, por fim, alguns limites analíticos do presente trabalho e indicar possibilidades de aprofundamento. Isso porque o artigo privilegiou uma abordagem estrutural da classe média brasileira, centrada em sua posição nas relações de classe. Essa opção implicou não explorar de modo sistemático as fissuras internas e os segmentos progressistas existentes nesse estrato social. Tal recorte permitiu evidenciar o conservadorismo de classe como tendência dominante e funcional à reprodução das hierarquias sociais. A análise desenvolvida é predominantemente teórico-crítica, baseada na literatura sociológica e na interpretação histórica recente. Assim, não se pretendeu, portanto, esgotar empiricamente as contradições internas da classe média.

Nesse sentido, o estudo não tem a pretensão de oferecer uma cartografia exaustiva das disposições políticas no interior das camadas médias. Sendo assim, abre-se, portanto, espaço para pesquisas futuras de caráter empírico, tanto quantitativas quanto qualitativas. Tais investigações poderão aprofundar as contradições aqui apontadas e mapear variações internas desse grupo social. Poderão, ainda, avaliar as condições concretas sob as quais determinados segmentos rompem, ainda que parcialmente, com o padrão conservador analisado.

REFERÊNCIAS

ACCARINI, André. **Sindicalização volta a crescer e chega a 8,9% em 2024 após anos de queda no Brasil**. São Paulo: CUT, 4 dez. 2025. Disponível em: https://www.cut.org.br/noticias/sindicalizacao-volta-a-crescer-e-chega-a-8-9-em-2024-apos-anos-de-queda-no-brasi-4305. Acesso em: 23 jan. 2026.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. Em 2023, número de sindicalizados cai para 8,4 milhões, o menor desde 2012. **Agência IBGE notícias**, Rio de Janeiro, 21 jun. 2024. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40445-em-2023-numero-de-sindicalizados-cai-para-8-4-milhoes-o-menor-desde-2012. Acesso em: 23 jan. 2026.

ALMEIDA, Sivanildo José de. Herança colonial no Brasil: uma interpretação institucionalista. In: ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL, 26., 2023, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: ANPEC Sul, 2023. Disponível em: https://www.anpec.org.br/novosite/br/xxvi-encontro-de-economia-da-regiao-sul--trabalhos-selecionados. Acesso em: 24 jan. 2026.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Práxis, 2007.

ALVES, Giovanni. **Os limites do neodesenvolvimentismo**. São Paulo: Blog da Boitempo, 22 out. 2013. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2013/10/22/os-limites-do-neodesenvolvimentismo/. Acesso em: 24 jan. 2026.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

ARCARY, Valerio. **A nova 'classe média' foi para a extrema direita**. São Paulo: Brasil de Fato, 23 out. 2024. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/colunista/valerio-arcary/2024/10/23/a-nova-classe-media-foi-para-a-extrema-direita/. Acesso em: 24 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Estudo internacional inédito aponta que a desigualdade tributária no Brasil é maior do que se estimava**. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, 29 ago. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2025/agosto/estudo-internacional-inedito-aponta-que-a-desigualdade-tributaria-no-brasil-e-maior-do-que-se-estimava. Acesso em: 29 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Brasil voltou a crescer com qualidade e inclusão social, destaca ministra Esther Dweck, em Davos**. Brasília DF,: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, 21 jan. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2026/janeiro/brasil-voltou-a-crescer-com-qualidade-e-inclusao-social-destaca-ministra-esther-dweck-em-davos. Acesso em: 23 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Rotas de Integração Nacional**. Brasília, DF, [s. d.]. Disponível em: https://www.gov.br/mdr. Acesso em: 23 jan. 2026.

BRESSER-PERREIRA, Luiz Carlos. **A construção do Brasil**: sociedade, economia e Estado desde a Independência. São Paulo: Editora 34, 2016.

CAVALCANTE, Sávio. **Os limites de uma classe média arraigada ao conservadorismo liberal**. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos, 2 jul. 2020. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/600525-os-limites-de-uma-classe-media-arraigada-ao-conservadorismo-liberal-entrevista-especial-com-savio-cavalcante. Acesso em: 23 jan. 2026.

CHAUÍ, Marilena. Uma nova classe trabalhadora: indagações. *In:* SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-liberais**. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. *E-book*. p. 200-220.

COLETTI, Claudinei. Desenvolvimentismo e neoliberalismo no Brasil. **Revista de Direito**, Jundiaí, n. 23, 2015.

COMPARATO, Fábio Konder. **A oligarquia brasileira**: visão histórica. São Paulo: Contracorrente, 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL (Brasil). **Política social distributiva é o alvo do golpe**. Brasília: Confetam, 6 maio 2016. Disponível em: https://confetam.cut.org.br/noticias/politica-social-distributiva-e-o-alvo-do-golpe-8f70. Acesso em: 24 jan. 2026.

DOWBOR, Ladislau. **A formação do capitalismo dependente no Brasil**. Brasília: Editora Brasiliense, 1982. Disponível em: https://dowbor.org. Acesso em: 24 jan. 2026.

DOWBOR, Ladislau. **Democracia econômica**: alternativas de gestão social. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

ENTRE VISTAS. Jessé Souza. Entrevistador: Juca Kfouri. São Paulo: Rede TVT, 28 mar. 2018. 1 vídeo (57 min 44 s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3zHdGqvLZl8. Acesso em: 24 jan. 2026.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Contracorrente, 2020.

FILGUEIRAS, Iago. **Escravidão no Brasil**: o legado racista do sistema que estruturou o país. São Paulo: ICL Notícias, 19 jan. 2026. Disponível em: https://iclnoticias.com.br/conhecimento/escravidao-no-brasil/. Acesso em: 24 jan. 2026.

FILGUEIRAS, Luiz. **Dependência, marca do capitalismo brasileiro**. São Paulo: Outras Palavras, 6 ago. 2025. Disponível em: https://outraspalavras.net/crise-brasileira/dependencia-marca-tragica-do-capitalismo-brasileiro/. Acesso em: 29 jan. 2026.

GASPARI, Elio. Há golpe. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 jun. 2016. Disponível em: https://oglobo.globo.com/opiniao/ha-golpe-19604559. Acesso em: 28 jan. 2026.

GOMES, David F. L. Jessé Souza, Brasil e modernidade. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir./UFRGS**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 134-265, 2019. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/ppgdir/article/view/97605/56868. Acesso em: 24 jan. 2026.

GREENWALD, Glenn. Eventos importantes no Brasil expõem a fraude do impeachment de Dilma — e a corrupção de Temer. The Intercept Brasil, Rio de Janeiro, 30 jun. 2016. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2016/06/30/71591/. Acesso em: 23 jan. 2026.

IMAGINIE. **A herança da escravidão na sociedade brasileira do século XXI**. Belo Horizonte: Imaginie, 2017. Disponível em: https://www.imaginie.com.br/enem/temas-de-redacao/a-heranca-da-escravidao-na-sociedade-brasileira-do-seculo-xxi-. Acesso em: 24 jan. 2026.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. **Redistribuição no Brasil no século XXI**. Niterói: CEDE, set. 2017. (Texto para Discussão, n. 125). Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/grupos/cede/tds/TD125.pdf. Acesso em: 28 jan. 2026.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas**: das revoluções coloridas aos golpes. Tradução: Thyago Antunes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LOPES, João Teixeira. **As classes médias são muito propensas ao ressentimento porque também são propensas às falsas expectativas do mercado**. [S. l.]: Gáliza Livre, 29 fev. 2024. Disponível em: https://www.galizalivre.com. Acesso em: 23 jan. 2026.

LOPES, Walson. O PT na década de 90: construindo um programa neonacional-desenvolvimentista. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 33, p. 23-34, jul./dez. 2014.

MANSO, Miguel. **É hora de fortalecer o mercado interno brasileiro**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 31 jul. 2025. Disponível em: https://grabois.org.br/2025/07/31/fortalecer-mercado-interno-brasileiro/. Acesso em: 24 jan. 2026.

MARCON, Telmo. A constituição do capital cultural: um estudo das condições de formação. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 14, n. 2, p. 545-564, maio/ago. 2019. Disponível em: http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa. Acesso em: 23 jan. 2026.

MENDES, Igor A. Assaf; COSTA, Bruno Lazzarotti D. Considerações sobre o papel do capital cultural e acesso ao ensino superior: uma investigação com dados de Minas Gerais. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, n. 3, p. 71-95, jul./set. 2015.

MOREIRA, Eduardo. **Desigualdade & caminhos para uma sociedade mais justa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

MOREIRA, Eduardo. **O que os donos do poder não querem que você saiba**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

MUNIZ, Ricardo. Estudos mostram efeitos benéficos de sistema de cotas raciais sobre a universidade pública brasileira. **Jornal da Unesp**, São Paulo, 26 jan. 2022. Disponível em: https://jornal.unesp.br/2022/01/26/estudos-mostram-efeitos-beneficos-de-sistema-de-cotas-raciais-sobre-a-universidade-publica-brasileira/. Acesso em: 23 jan. 2026.

POLITIZE!. **Desigualdade social no Brasil**: conheça o novo Pacto Nacional das OSCs. **Politize!,** Joinville, 2023. Disponível em: https://www.politize.com.br/direito-desenvolvimento/desigualdade-social-no-brasil/. Acesso em: 23 jan. 2026.

SANTOS, Taina Silva. **São Paulo e a história de resistência à implementação das cotas raciais**. São Paulo: Casa Sueli Carneiro, 28 ago. 2025. Disponível em: https://casasuelicarneiro.org.br/sao-paulo-e-a-historia-de-resistencia-a-implementacao-das-cotas-raciais/. Acesso em: 23 jan. 2026.

SILVA, Ulisses Urbano da. O conservadorismo no liberal-desenvolvimentismo de Roberto Campos. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 79, p. 18-35, ago. 2021.

SINGER, André. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SIQUEIRA E SILVA, Diana Mari. A nova classe trabalhadora e os sindicatos. **Revista Ciências do Trabalho**, n. 2, maio/out. 2014.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho**: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Jessé. **A herança do golpe**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

SOUZA, Jessé. JESSÉ DE SOUZA SPEAKS ABOUT BRAZILIAN SUB-CITIZENSHIP. [S. l.]: Canal Curta!, 23 ago. 2018. 1 vídeo (2 min 56 s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DCxqpGvPdOk. Acesso em: 23 jan. 2026.

SOUZA, Jessé. **O pobre de direita**: a vingança dos bastardos. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

SOUZA, Jessé. **O pobre de direita**: a vingança dos bastardos. O que explica a adesão dos ressentidos à extrema direita?. [Entrevista cedida ao] Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, 1 out. 2024. Disponível em: https://ihu.unisinos.br/categorias/644223-o-pobre-de-direita-a-vinganca-dos-bastardos-o-que-explica-a-adesao-dos-ressentidos-a-extrema-direita-entrevista-com-jesse-souza. Acesso em: 23 jan. 2026.

SOUZA, Matheus Silveira de. Classe média, conservadorismo político e ressentimento. **A Terra é Redonda**, São Paulo, 17 ago. 2023. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/classe-media-conservadorismo-politico-e-ressentimento/. Acesso em: 23 jan. 2026.

SOUZA, Renato Santos de. **Desvendando a espuma**: o enigma da classe média brasileira. São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra, 15 nov. 2013. Disponível em: https://www.geledes.org.br/desvendando-a-espuma-o-enigma-da-classe-media-brasileira-por-renato-santos-de-souza/. Acesso em: 23 jan. 2026.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.